

Itamar e Junqueira reagem contra reajuste pretendido pela Câmara

Reação do presidente e do procurador faz Inocêncio garantir que não dará reajuste

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, bombardearam ontem a pretensão da Câmara de aumentar os salários de parlamentares e seus funcionários, no rastro da correção feita nos salários dos servidores civis e militares. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), desmentiu o aumento: "Estamos solidários com o Plano Real." Junqueira considera que o governo não aumentou, mas concedeu isonomia aos servidores.

Logo de manhã, Itamar mobilizou sua assessoria para evitar que o episódio provocasse nova crise entre o Judiciário e o Legislativo — e impedir que juízes e parlamentares decidam conceder a si próprios aumentos que colocariam em risco o plano. "Nós tomamos um susto", disse um assessor do presidente. "É um absurdo se pensar em aumentos."

Junqueira afirmou que a Câmara não poderá se utilizar do aumento dado aos servidores civis e militares porque este obedeceu ao princípio constitucional da isonomia, o que não seria o caso da Câmara. O procurador-geral foi mais além: nem mesmo a autonomia entre os Poderes pode ser usada pelo Congresso para justificar a concessão de aumento salarial que contrarie a Medida Provisória 583. "Os aumentos têm de ser da-



"Estamos solidários com o Plano Real", garante o deputado, sem deixar de reclamar do contracheque

dos dentro da lei", disse Junqueira. "A independência dos Poderes não chega ao ponto de permitir uma ação contra a lei."

De acordo com o procurador-geral, a questão acabará no Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual competirá avaliar se a MP foi usada para permitir um aumento setorial indevido. Logo depois da manifestação de Junqueira, Inocêncio disse que jamais pensou em dar aumento agora. "Seria ini-

maginável", disse o presidente da Câmara, que contesta, porém, a tese da isonomia para o aumento concedidos aos servidores civis e militares.

Mesmo assim, em nota oficial, Inocêncio se queixou dos vencimentos dos parlamentares: "Os salários dos deputados nunca estiveram tão baixos como agora, inferiores a US\$ 3 mil líquidos, contra uma média entre US\$ 7 mil e US\$ 11 mil na maior parte dos

países." O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino afirmou que a MP 583 não oferece suporte jurídico para uma isonomia eficaz. A assessoria jurídica da Câmara encontrou, segundo Sabino, índices diferenciados para diversas tabelas do funcionalismo.

Os levantamentos feitos pelo corpo jurídico da instituição serão discutidos pelos líderes partidários no fim do mês. Inocêncio tinha afirmado que, caso o reajuste do Executivo não tenha sido dado para corrigir as distorções salariais entre os Poderes, o Legislativo estudará a forma legal de estender para si o aumento.

PARLAMENTAR
AFIRMA QUE
VENCIMENTOS
SÃO BAIXOS